

MENTORIA COLABORATIVA NA ESCOLA: MEDIAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL JUNTO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR DE SALA REGULAR NO CONTEXTO INCLUSIVO

COLLABORATIVE MENTORING IN SCHOOLS: HOW SPECIAL EDUCATION TEACHERS CAN SUPPORT REGULAR CLASSROOM TEACHERS TO PROVIDE INCLUSIVE EDUCATION

MENTORIA COLABORATIVA EN LA ESCUELA: MEDIACIÓN DEL PROFESOR DE EDUCACIÓN ESPECIAL JUNTO A LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS DEL PROFESOR DE AULA REGULAR EN EL CONTEXTO INCLUSIVO

Silvana Santos de Souza¹
Flávia Sucheck Mateus da Rocha²

Resumo

A presente pesquisa surgiu da necessidade de explorar mais a fundo a prática do profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco em compreender a importância da mentoria do professor de Educação Especial na instituição escolar e como esse profissional pode enriquecer e fortalecer a prática pedagógica inclusiva dos professores de sala regular. Essa parceria é essencial, relacionando os paradigmas legais que fundamentam a educação inclusiva e a necessidade da cooperação entre ambos os profissionais. A metodologia adotada para embasar esta pesquisa foi a revisão bibliográfica. O referencial teórico conta com a colaboração de pesquisadores da mesma área, enfatizando a importância crucial da parceria entre os professores nas práticas pedagógicas orientadas por esse profissional. Essa colaboração proporciona estímulos essenciais e pontuais aos alunos para seu pleno desenvolvimento, contribuindo de maneira equitativa e progressiva para seu conhecimento e autonomia, que vão além dos limites acadêmicos. É importante destacar a gama de responsabilidades desse profissional, que está capacitado para orientar outros professores, oferecendo mentorias relacionadas a intervenções e estratégias pedagógicas, com o objetivo de implementar e efetivar o processo inclusivo em todas as esferas da educação.

Palavras-chave: Mentoria Escolar; Professor AEE; Professor Sala Regular.

Abstract

The current research stems from the necessity to delve deeper into the practices of the Specialized Educational Assistance (AEE) professional. It places a strong emphasis on understanding the significance of mentorship by Special Education teachers within the school environment and how these professionals can enrich and fortify the inclusive pedagogical approach of regular classroom teachers. This partnership is of paramount importance, connecting the legal foundations of inclusive education and the imperative for cooperation between these two professional groups. The methodology employed to underpin this research involved a comprehensive literature review. The theoretical framework draws upon the collaborative efforts of researchers within the same field, underscoring the critical role played by the collaboration between teachers in pedagogical practices guided by this professional. This collaboration offers indispensable and focused support to students for their comprehensive development, contributing fairly and progressively to their knowledge and autonomy, extending beyond the confines of academia. It is essential to emphasize the broad spectrum of responsibilities carried by this professional, who is qualified to guide other teachers and provide mentorship in relation to interventions and pedagogical strategies, with the objective of implementing and ensuring inclusivity across all educational domains.

Keywords: School Mentorship. AEE Educator. Regular Classroom Instructor.

¹Licenciada em Educação Especial pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: silvanasantos1402@gmail.com

² Professora no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: flavia.r@uninter.com

Resumen

La presente investigación surgió de la necesidad de explorar más a fondo la práctica del profesional de Atención Educativa Especializada (AEE), centrándose en comprender la importancia de la mentoría del profesor de Educación Especial en la institución escolar y cómo ese profesional puede desarrollar y fortalecer la práctica pedagógica inclusiva de los profesores de aula regular. Esa asociación es esencial, relacionando los paradigmas legales que fundamentan la educación inclusiva y la necesidad de la cooperación entre ambos los profesionales. La metodología adoptada para respaldar esta investigación fue la revisión bibliográfica. El marco teórico cuenta con la colaboración de investigaciones de la misma área, enfatizando la importancia crucial de la asociación entre los profesores en las prácticas pedagógicas orientadas por ese profesional. Esa asociación proporciona estímulos esenciales y puntuales a los alumnos para su pleno desarrollo, contribuyendo de manera equitativa y progresiva para su conocimiento y autonomía, que se extienden más allá de los límites académicos. Es importante resaltar el rango de responsabilidades de ese profesional, que está capacitado para orientar otros profesores, ofreciendo mentorías relacionadas a intervenciones y estrategias pedagógicas, con el objetivo de implementar y efectivizar el proceso inclusivo en todas las esferas de la educación.

Palabras clave: mentoría escolar; profesor AEE; profesor aula regular.

1 Introdução

Apesar dos avanços já conquistados no atual cenário educacional, o ato de incluir os alunos público-alvo da educação especial (PAEE) isto é; aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, ainda há um grande percurso a se fazer. Os diversos desafios ainda instalados nas escolas necessitam serem superados e, por isso, têm sido alvo de discussões e pesquisas, embora sua funcionalidade seja um direito assegurado em documentos legais tanto nacionais quanto internacionais. Por isso, a presente pesquisa buscou enfatizar sobre as contribuições importantíssimas do professor de AEE frente ao avanço da inclusão escolar.

O respectivo projeto é baseado na mentoria colaborativa na escola e a mediação do professor de Educação Especial junto às práticas pedagógicas do professor de sala comum, no contexto inclusivo. A escola é o ambiente propício e rico não só para construção e partilha de saberes, mas também é onde se inicia a inclusão do aluno atípico. É no espaço escolar que o educando tem a possibilidade de desenvolver suas mais variadas habilidades, além de aprender a viver em sociedade. Logo, a instituição deve ser um espaço de proteção, assim como a família.

A desafiadora inclusão educacional tem como objetivo não apenas estabelecer, mas também promover a inovação nas práticas pedagógicas educacionais, visando atender a todos os alunos, independentemente de suas diferenças, sem estigmatização, segregação ou discriminação. Isso implica no reconhecimento das subjetividades, limitações, competências e habilidades individuais, com o propósito de tornar a educação mais justa e igualitária, atraindo a todos. Essa inquietação despertada tem como objetivos avaliar os desafios enfrentados pelos professores da sala regular na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (PAEE) e verificar o impacto e a relevância da mediação na troca de conhecimentos, instruções

de técnicas inclusivas e experiências profissionais entre os professores de educação especial e os professores de sala comum. Isso visa incorporar a inclusão de forma efetiva à realidade do contexto institucional escolar.

A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica, que oportunizou ampliar os conhecimentos por meio da investigação de outras produções, tendo como exemplo a análise de leis, de documentos históricos, revistas, artigos etc. Os documentos e as orientações no que tange as atribuições do professor de Educação Especial, a Lei nº 13.146/2015 e o Decreto nº 6.571/08, serviram como base de pesquisa para a construção do atual estudo. Tais legislações não só amparam, mas também protegem e outorgam garantias de direitos frente ao desenvolvimento escolar e social do educando atípico no Brasil.

É importante destacar que os alunos atípicos necessitam de um atendimento diferenciado, especialmente no que se refere às estratégias que promovem uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos aplicados. Nesse contexto, o papel do professor de Educação Especial é fundamental, pois a mediação entre o professor da sala regular e o aluno com necessidades educacionais especiais (PAEE) desempenha um papel crucial na promoção de avanços acadêmicos e sociais significativos. Isso não apenas beneficia o aluno inclusivo, mas também os próprios professores envolvidos no processo.

2 Um breve histórico dos caminhos da inclusão escolar: alunos com deficiência

Na tentativa de situar historicamente a educação pelo viés dos alunos com deficiência, muitos detalhes ficam obscuros. Até metade do século XVIII, tudo o que era relatado e/ou registrados sobre eles não apresentava nenhuma base científica. Além da falta da cientificidade nas informações, eram fortemente influenciadas pelo ocultismo e misticismo, acreditando serem sua base de influência (Mazzotta, 2005).

Durante um longo período, as pessoas com deficiência eram completamente excluídas do ambiente escolar. Com o passar dos anos, surgiu a consideração do atendimento segregado, no qual as escolas eram inteiramente separadas, com esses alunos frequentando ambientes institucionais especializados (Mazzotta, 2003).

Futuramente, iniciou-se a prática de integração, que tinha como “método” o aluno que deveria se adaptar ao espaço que frequentava, não existindo nenhuma possibilidade de mudança na instituição escolar que fosse capaz de assistir à diversidade de alunos com um número cada vez mais expressivo. Já no processo inclusivo, as escolas deveriam mudar seu currículo e sua forma de avaliação, bem como inovações de práticas pedagógicas. As normas básicas da

inclusão institucional escolar são pautadas em valores que respeitam e comemoram a diversidade (Mittler, 2003).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 3º assegura a todos o direito a educação, inclusive a pessoa com deficiência, garante também o pleno desenvolvimento da pessoa bem como o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, ampliando a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Brasil, 1988, p. 11).

Outra conquista muito importante que deixou sua marca da universalização da pessoa com deficiência na educação inclusiva ocorreu na Espanha, em 1994. Nesse país, foi elaborado um documento relevante que tinha como objetivo garantir a inclusão escolar de todos, chamado Declaração de Salamanca. Outra vitória significativa foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, que estabeleceu como obrigação do Estado garantir o atendimento especializado gratuito aos alunos “[...] com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996). O capítulo V da LDBEN para Educação Especial afirma que os sistemas educacionais deveram garantir aos alunos com deficiência, os currículos bem como os métodos, os recursos educativos e a organização para atender todas às suas necessidades.

O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), apresentaram, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), sendo um marco muito significativo para o fortalecimento da inclusão. A PNEEPEI tem como objetivo dar seguimento na construção de políticas públicas para educação de qualidade para todos, tendo como finalidade garantir a inclusão escolar aos alunos atípicos, mediando os sistemas de ensino e assegurando o acesso ao ensino regular, a participação e a aprendizagem com continuidade nos níveis mais elevados do ensino (Brasil, 2008).

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (Brasil, 2008, p. 11).

Desse modo, a educação especial passou a agregar na proposta pedagógica escolar, sendo complementar para os alunos com deficiência, trabalhando com métodos e recursos na promoção da aprendizagem que promoverá ao aluno a superação de barreiras instaladas na sala de aula regular e por meio do AEE, que auxiliará na potencialização das diversas habilidades

do aluno. É notório que diversas leis brasileiras têm apresentado avanços significativos frente à garantia do direito ao ensino regular para o aluno com deficiência. Todavia, ainda há muitos pontos que precisam evoluir para que essas leis tenha uma efetivação eficaz.

2.1 Formação do Professor de Educação Especial

O profissional denominado professor de AEE é referido na LDBEN de 1996 “[...] com base na formação exigida, evidencia-se um profissional formado em nível de graduação em Educação Especial, que o habilita para o exercício da docência”. Os aspectos legais de AEE permitem compreender a atuação do professor do AEE como um direito legal assegurado pela LDB n° 9393/96, que regulamenta e sistematiza mediante a Resolução do Conselho Nacional e da Câmara de Educação Básica no Art. 18 - §3° “Os professores especializados em educação especial deverão comprovar: formação em cursos de licenciatura em educação especial [...]”. A descrição do professor em educação especial é definida no Art. 18, que diferencia professores de salas comuns dos atuantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE):

§1° São professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, [...] de nível superior [...]

§2° São considerados professores [...] em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais [...] bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de sala comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2001)

Vale ressaltar que a LDBEN n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é um marco muito importante para tais professores, pois os sistemas de ensino determinam que assegurarão aos educandos com necessidades especiais um professor com nível superior para atendimento especializado, bem como professores capacitados para a integração desses educandos nas salas comuns (Brasil, 1996). Corroborando com esta Lei, o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) da Câmara de Educação Básica (CEB) n° 17, de 3 de julho de 2001 (Brasil, 2001a), e a Resolução CNE/CEB n° 2, de 11 de setembro de 2001 (Brasil, 2001b) descreve a formação do profissional de AEE.

2.2 Atribuições do Professor de Educação Especial

As atribuições desempenhadas pelo professor do AEE são importantíssimas no apoio e orientação dos educandos pertencentes ao PAEE, com a finalidade de minimizar barreiras,

promovendo e assegurando sua participação nas atividades educacionais e sociais. Na Resolução nº 4 (Brasil, 2009), Art. 13, sinaliza as atribuições do Professor de AEE:

- I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II - Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos de acessibilidade;
- III - Organizar o tipo e o número de atendimento aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV - Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - Orientar professores e familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidades utilizados pelo aluno;
- VI - Estabelecer articulação com os professores de sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- VII - Proporcionar formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola na Perspectiva de uma Educação Inclusiva utilizando os momentos de HTCs; em comum acordo com o coordenador pedagógico.
- VIII- Possibilitar espaços de discussão com os demais professores da unidade escolar, bem como professores dos alunos atendidos de outras unidades quando houver (em dias e horários a definir), estabelecendo metas comuns relativas ao aluno em questão.
- IX- Orientar quanto as estratégias já utilizadas nas Salas de AEE, buscando junto ao professor regente do ensino regular novas estratégias;
- X- Orientar os professores da sala regular sobre as TAs (Tecnologias assistivas) para favorecer o aluno no aprendizado do seu dia a dia possibilitando adequação específica para cada caso.
- XI- Planejar os atendimentos e manter registro conforme orientações; encaminhando os relatórios quando necessário;
- XII- Participar de reuniões junto à secretaria, com finalidade de orientações, troca de saberes, suportes técnicos, encaminhamentos etc.
- XIII- Encaminhar o aluno para atendimento específico no âmbito da saúde, quando houver necessidade (oftalmologista, fonoaudiólogo, psicólogo, psiquiatra, terapia ocupacional, fisioterapia etc.).
- XIV- Realizar, caso tenha interesse, os cursos ofertados pela Secretaria de Educação visando formação continuada e aprimoramento da qualidade do Atendimento Educacional Especializado.
- XV. Orientar a ADI quanto ao atendimento e na confecção de materiais e outros trabalhos (Brasil, 2009).

Diante da inferência supracitada, além de se tornar evidente a função desse profissional, fica claro também a relevância da sua contribuição pedagógica, importância e diferença que faz no processo de desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência.

2.3 A Importância do Professor de AEE na Escola

O professor licenciado em Educação Especial deve, em seu bojo de atribuições, orientar os demais professores mentoreando sobre intervenções e estratégias pedagógicas com a finalidade de implementar e efetivar o processo inclusivo em todas as esferas educacionais. Por ser um professor com formação específica na área da Educação Especial, habilitado para o exercício da docência, sua prática pedagógica é baseada nas necessidades, potencialidades e nos interesses pontuais dos alunos público-alvo da educação especial.

Sua atribuição principal é assistir os alunos com dificuldades, seja de caráter físico ou cognitivo. O respectivo profissional é requisitado para atuar frente às atividades que irá agregar no seu processo de desenvolvimento educacional na tentativa de superar ou amenizar os obstáculos enfrentados por este público. É de sua competência, também, elaborar, avaliar e executar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos que são acessíveis na sala de aula regular e em outros compartimentos da escola, além do plano de AEE para Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), em que os atendimentos são destinados para os alunos que apresentam alguma carga orgânica específica, considerando sua diversidade e sendo o ponto principal da sua prática profissional.

Faz parte de sua incumbência a mediação a respeito das orientações da sala regular com a colaboração de aquisição de conhecimento acadêmico dos educandos atípicos (Rodrigues, 2018). O suporte de estratégia metodológica de um profissional qualificado para esta demanda específica é imprescindível para a estimulação e promoção do progresso educacional dos alunos com deficiência, pertencente a uma instituição escolar. A atuação desse profissional promoverá benefícios não só na evolução cognitiva destes alunos, mas também nas habilidades físicas, possibilitando um ambiente propício para inovação do processo pedagógico.

No contexto pedagógico, a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica de 2001, apresenta que o exercício pedagógico deve ter como enfoque principal a educação do aluno e não a sua deficiência. Tal prática deve atender ao princípio de flexibilização, um processo de avaliação contínua e compreensiva.

A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007b) define que é papel da educação especial promover, de forma harmonizada com o ensino regular,

o atendimento de práticas pedagógicas que assegurem o desenvolvimento educacional dos alunos. É importante ressaltar que todos os professores devem desenvolver habilidades para lidar com os pontos fortes e desafiadores dos alunos de inclusão.

O Ministério da Educação (MEC) institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento na Educação Básica. Na Resolução nº 4, no Artigo 13, inciso VIII, são atribuições do professor de AEE: “estabelecer articulação com os professores de sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares” (Brasil, 2009, p. 3).

É evidente a ampla atuação desse profissional e a importância crucial da colaboração e parceria com práticas pedagógicas específicas a serem implementadas, respeitando as habilidades de gerenciamento da sala de aula com o objetivo de enriquecer e fortalecer a prática profissional no ambiente escolar. Isso contribuirá para romper os paradigmas educacionais e promover uma inclusão de qualidade para alunos com deficiência, que às vezes necessitam de apoio intensivo e contínuo. Vale ressaltar que os professores também se beneficiarão, já que os esforços dedicados a atender às diversas necessidades dos alunos aprimorarão cada vez mais suas habilidades.

É imprescindível conhecer a prática pedagógica e o alcance do exercício profissional de AEE, uma vez que o número de alunos com deficiência matriculados em sala regular vem crescendo no atual contexto educacional. É de suma relevância o envolvimento dos professores, gestores, dos profissionais que trabalham na escola e dos familiares dos alunos. É importante que todos estejam envolvidos e alinhados, entendendo e agregando na atividade prática desse sujeito tão oportuno e necessário em mais este espaço profissional.

2.4 Entraves enfrentados pelos professores de sala regular na efetivação da Inclusão do PAEE

O professor é o agente primordial na educação. A constante inovação das suas práticas educacionais na busca pela expansão de novos caminhos é indispensável para o seu exercício profissional, e, conseqüentemente, promoverá um ensino de qualidade para todos os envolvidos no seu processo de aprendizagem. É importante destacar que a educação inclusiva é um campo relativamente novo na área da Pedagogia. Por isso, faz-se necessário salientar que muitos profissionais da educação no contexto da sua formação inicial não foram contemplados na sua grade curricular com disciplinas que abordassem o processo educacional de inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência, no que tange ao ensino-aprendizagem da diversidade humana.

É importante notar que, quando a discussão sobre esse tema teve início, ela era bastante superficial e fragmentada, carecendo de uma base teórica sólida que pudesse enriquecer a prática pedagógica dos profissionais de Pedagogia, atuais e futuros. Nesse contexto, é relevante destacar que um número significativo de professores se sente desafiado ao ter que inovar e adaptar sua abordagem de ensino com mediações diversificadas e de alta qualidade, a fim de atender a todos os alunos, independentemente de suas diferentes formas de aprendizado. Isso, por vezes, resulta em frustração e desmotivação, e, em muitos casos, até em problemas de saúde, pois esses profissionais são pressionados por demandas que não faziam parte de seu cenário educacional anterior.

Alguns dos profissionais, mesmo fazendo formação continuada constantemente, não se sentem preparados, pois as instituições não ofertam conhecimentos acadêmicos na prática para lidar com um público extremamente diversificado, que exige conhecimento técnico e práticas pontuais para atenderem suas necessidades subjetivas. Segundo Garcia (1999), a ausência de conteúdos tão relevantes tem como consequência prejuízos significativos. Exigir uma prática pedagógica mais complexa, principalmente no contexto atual envolvendo a diversidade humana tão presente e porque não dizer; tão ascendente na sala de aula comum. De acordo com Mantoan (2006), esses entraves frente à formação docente devem ser o encorajamento e o estímulo na busca da superação de tal formação, assegurando o direito de todos a uma educação diversificada. Contudo, ainda surgirão muitos desafios a serem superados.

Uma outra dificuldade sinalizada é o excesso de alunos na sala, que impossibilita o acompanhamento e o desenvolvimento educacional de forma sistematizada e contínua, acarretando prejuízos acadêmicos para os alunos com deficiências e, para os demais alunos, tornando-se cada vez mais fragilizada sua atuação profissional. Vale salientar que, para que de fato se efetive a inclusão e que seja viável para todos os envolvidos, é relevante reivindicar mudanças de vários aspectos. É necessário que as condições sejam favoráveis tanto para o processo de aprendizagem dos alunos quanto para as práticas pedagógicas dos docentes.

Lopes e Marquezine (2012, p. 488) relatam que o trabalho do professor “tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade presente em sala de aula”. Isso inclui adaptações inadequadas no mobiliário escolar, como a falta de mesas e cadeiras adaptadas de acordo com as necessidades dos alunos, escassez de materiais didáticos e a ausência de recursos humanos especializados, incluindo professores com formação em Educação Especial. A contratação de profissionais especializados é fundamental para tornar a inclusão efetiva. Segundo Schreiber e Vaz (2014, p. 15) consideram que:

a ausência de materiais e recursos pedagógicos adaptados interfere diretamente no trabalho pedagógico, que por sua vez exige mais do que a existência de um segundo docente dentro da sala de aula. É necessária a disponibilização de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos adequados à condição desses alunos.

Segundo Plaisance (2005), uma outra barreira é o moralismo abstrato, ou seja, a inclusão escolar na maioria das vezes é tratada como “um apelo sentimental”, em que a professora tem como missão ou vocação acolher o aluno PAEE apenas com amor. Tal moralismo abstrato é extremamente perigoso, pois apenas o amor ao próximo e um bom acolhimento do aluno com deficiência não é sinônimo de sucesso acadêmico. Assegurar a inclusão requer ambientes físicos adaptados e um ensino de qualidade que considere as necessidades deste público.

2.5 Mentoria do professor de Educação Especial na escola: Colaborando e Potencializando a prática do Professor de sala comum

A mentoria é uma ferramenta de desenvolvimento profissional que tem como propósito agregar e compartilhar conhecimentos, saberes e orientações. Tal ação consiste em um profissional com conhecimento específico para auxiliar o outro, com reflexão, *insights* e compartilhamento de experiências. Nesse contexto, a mentoria manifestou-se como uma ferramenta de desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional nas instituições na década de 1970, e vem progredindo com as transformações e evoluções do mundo trabalhista (Ensher; Murphy, 2005).

De acordo com os autores supracitados, segundo pesquisas realizadas nos Estados Unidos, a mentoria se caracteriza por meio das relações com outras pessoas no trabalho como principal fator para mediar como a prática profissional será realizada. Na atualidade, a mentoria vem sendo um tema bastante explorado e tem como objetivo principal promover satisfação progressiva na prática profissional mediante ao desenvolvimento e aprimoramento na busca dos resultados almejados para o avanço profissional.

É importante levar em consideração que a atuação do mentor é uma complementariedade e este é o fator de extrema relevância no sucesso da relação de ambos os profissionais. Trata-se de uma colaboração ou parceria no que diz respeito ao compartilhamento de aprendizados de ambas as partes (Kram, 1988). O exercício colaborativo requisita o comprometimento dos envolvidos bem como o respeito, flexibilidade e a partilha de saberes. É importante que nenhuma das partes deva cogitar ser melhor que a outra. O ensino colaborativo, segundo Friend e Cook (1990), relata que a colaboração é descrita como uma característica de

interação no mínimo entre duas ou mais pessoas, comprometida na decisão e direção de um objetivo comum.

É perceptível que, para se obter inclusão escolar de fato, não é suficiente apenas professores dedicados e empenhados para implementar mudanças na sala de aula. Para que a inclusão escolar seja bem-sucedida, é necessária a contribuição de outros profissionais com o mesmo objetivo. Juntos, desenvolverão estratégias tendo como propósito principal a formação de uma escola democrática que esteja habilitada a oferecer possibilidades de ensino-aprendizagem para que todos os alunos evoluam nas suas competências e habilidades.

Gality e Gality (2001) definem ensino colaborativo da seguinte forma: ambos os profissionais irão compartilhar conhecimentos, dúvidas e dificuldades no que concerne ao ensino-aprendizagem dos alunos. O colaborador desenvolverá metas inerentes às necessidades dos alunos que foram levantadas compartilhando e aprimorando o ambiente de aprendizagem. A necessidade da presença do profissional de AEE em sala regular tem embasamento legal por meio da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva sancionada em 2008.

Na prática da mediação colaborativa, o professor de Educação Especial e os de sala regular contribuirão com suas habilidades e respectivas formações. Consequentemente, os professores de sala regular levam para parceria seu conhecimento sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos no que lhe concerne. Por sua vez, o mentor, professor de AEE, colabora com seu conhecimento de modo a assessorar e atender às necessidades específicas apresentadas pelos professores a respeito de determinados alunos pertencentes ao PAEE.

Lehr (1999) destaca que educadores que trabalham de forma isolada obtêm poucas oportunidades de avanço profissional. Professores que trabalham em parceria apresentam vantagens e progressos no seu desenvolvimento profissional, amplificando uma prática cada vez mais rica, com maior esclarecimento das atividades práticas, além de dividirem suas experiências com profissionais que partilham da mesma temática.

O acompanhamento técnico do profissional habilitado de Educação Especial é imprescindível para o desenvolvimento dos educandos PAEE pertencentes a uma instituição escolar. Com sua mentoria em conjunto com toda a equipe, tornar-se-á possível ampliar tanto as habilidades físicas quanto as cognitivas, sendo promovidas também no ensino regular. Este panorama de promoção da educação progressiva inclusiva se torna possível em função do uso de técnicas evolutivas, estratégia de ensino diferenciado, metodologias inovadoras e o aperfeiçoamento profissional e, porque não dizer, de todos os profissionais envolvidos, tendo em vista que o papel desenvolvido pelo professor de Educação Especial torna-se indispensável

no que concerne ao avanço almejado, tornando-se um profissional cada vez mais qualificado e realizado.

De acordo com Mousinho *et al.* (2010, p. 2), a parceria entre os profissionais de Educação Especial e o de sala regular contribui para o alcance de metas reais frente ao desenvolvimento progressivo de todos os envolvidos, além de possibilitar que os educandos com deficiência sejam avaliados de acordo com suas próprias conquistas. É importante ressaltar que a efetivação da inclusão escolar não é responsabilidade apenas do professor de Educação Especial, embora esse profissional seja parte fundamental desse processo, todavia, não é o único responsável.

Todos os demais funcionários da escola têm sua parcela de contribuição e responsabilidade no processo inclusivo. O envolvimento de todas as partes é indispensável. A Mentoria Colaborativa do profissional de Educação Especial para o professor da sala regular e os demais funcionários da instituição escolar será realizada da seguinte forma: a primeira etapa ocorrerá durante a elaboração do plano de aula em grupo, onde serão estabelecidos os propósitos da mediação em conjunto com os mentoreados. Posteriormente, haverá um acompanhamento individual, conduzido em uma sala de escuta de forma personalizada.

2.6 Atribuições do Professor de Educação Especial que contribuirá na prática pedagógica do Professor de Sala Regular

O professor de Educação Especial, capacitado para auxiliar educandos com deficiências, ao mediar o professor da sala regular nas propostas do currículo, é fundamental destacar que a comunicação entre ambos deve ser frequente, franca e acolhedora. Isso contribuirá para construir o nível de confiança necessário para que trabalhem em conjunto, compartilhando conhecimentos e responsabilidades. De acordo com a Nota Técnica nº 11/2010, do MEC, as atribuições do professor de AEE são:

- 1- Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;
2. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
3. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o

desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;

5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;

6. Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores. (Brasil, 2010, p. 5).

Analisando as contribuições mencionadas anteriormente, torna-se evidente a importância da contribuição pedagógica em vários aspectos e o quanto esse profissional pode contribuir para o desenvolvimento acadêmico do educando com deficiência. A parceria entre ambos os profissionais na colaboração e mediação de estratégias é fundamental para que a prática pedagógica seja assimilada da melhor maneira possível no contexto do aluno com necessidades educacionais especiais (PAEE).

O exercício primordial do profissional de Educação Especial é estimular as habilidades educacionais dos educandos PAEE respeitando suas limitações, sejam físicas e/ou cognitivas. Suas atividades propostas têm como objetivo despertar os educandos para a superação dos obstáculos enfrentados. Contudo, a superação das dificuldades muitas vezes já instaladas não é simples para “resolver”, pois exige uma força tarefa de todos os participantes envolvidos no processo educativo. É essencial contar com a contribuição dos próprios educandos, professores, pais e/ou responsáveis, bem como profissionais da área de saúde, a fim de promover o equilíbrio psicológico desses aprendentes. O professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) está qualificado para mediar o processo de ensino-aprendizagem com práticas colaborativas entre a sala regular e os educandos com deficiência (Rodrigues, 2018).

Para alguns casos é fundamental a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). A utilização e implementação da ferramenta irá contribuir na organização e sistematização de estratégias pedagógicas para inclusão escolar. O propósito primordial da mentoria, entre outras contribuições descritas acima, é a instalação e execução do PEI. Segundo McLoughlin e Lewis (2001), para realizar a avaliação educacional é essencial uma equipe interdisciplinar composta por: professor de Educação Especial; professores de sala comum; psicopedagogo; psicólogo; orientador (caso a escola disponha); demais funcionários da escola;

pais e os alunos, quando for apropriado. Estes profissionais colherão informações educacionais importantes, considerado um processo sistemático e permanente.

A Mentoria Colaborativa entre os profissionais de Educação Especial e da sala regular, bem como os demais funcionários da instituição escolar, tem um processo dividido em etapas. A primeira etapa pode ser realizada durante a elaboração do plano de aula em grupo, onde os propósitos da mediação são estabelecidos em conjunto com os mentorandos. Posteriormente, segue-se para uma fase individualizada, através de sessões individuais de escuta. Os propósitos principais da mentoria são subdivididos em etapas: na 1º etapa, há a identificação das necessidades educacionais dos alunos PAEE; na 2º etapa, observam-se as habilidades; em seguida, na 3º etapa, faz-se o planejamento das intervenções; a 4º etapa é destinada a monitorar o progresso de cada aluno frente à implementação das intervenções planejadas; na 5º etapa, é feita a avaliação das intervenções, ou seja, os resultados alcançados.

Em conformidade com McLoughlin e Lewis (2001), o objetivo da avaliação é promover dados que servirão como base para as tomadas de decisões. Os autores supracitados destacam que a produção do PEI deve ter como base de avaliação as necessidades e habilidades dos educandos. Os resultados obtidos serão agregados como definição dos objetivos alcançados, o que será subdividido em três períodos; curto, médio e longo prazo. Dentro de suas competências, a equipe avaliará e compartilhará as informações coletadas. Subsequentemente, participará da seleção de recursos e estratégias metodológicas que serão adequados às necessidades dos educandos, contribuindo assim para o avanço no processo de ensino-aprendizagem de todos os envolvidos (Werts; Culatta; Tompkins, 2007).

Os autores mencionados anteriormente apontam os seguintes tópicos que devem constar no Plano de Atendimento Individualizado (PEI): o nível de desempenho que o educando apresenta no momento em que o programa começa a ser elaborado; os objetivos que pretende alcançar, os quais devem ser claros e mensuráveis; as práxis da Educação Especial que serão compartilhadas; a equipe proposta, que será responsável pela implementação e mediação do PEI; as estratégias e ferramentas que servirão de subsídios e serão utilizadas para avaliar os alunos, sendo o *Guia Para Elaboração do PDI*, de autoria de Ana Paula Patente.

O Guia que será utilizado como base é dividido em seis etapas, representadas pelas letras alfabéticas de A a F. Nesse contexto, estão descritas cada área que será avaliada e, conseqüentemente, assistida, respeitando as particularidades de cada aluno. Discriminação das áreas que serão investigadas:

A- Quem é o aluno?

B- Perspectiva médica;

- C- Avaliação diagnóstica inicial;
- D- Plano pedagógico especializado;
- E- Estratégias para avaliação formativa;
- F- Adequação curricular.

É importante relatar que o PEI, além de ser vastamente utilizado por todas as escolas dos Estados Unidos, é legitimado pela lei IDEA (Individual With Disabilities Education ACT*).

3 Metodologia

A metodologia utilizada foi baseada na revisão bibliográfica. A pesquisa de revisão bibliográfica tem como propósito ampliar os conhecimentos desenvolvidos em determinado campo, por meio da investigação de outras produções, tendo como exemplo a análise de leis, de documentos históricos, revistas, artigos etc.

Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo a busca de respostas para um problema (objetivo) por meio de referências teóricas devidamente divulgadas e discutidas, as quais fornecem subsídios para diversas contribuições científicas. Esse tipo de projeto se baseia nos conhecimentos teóricos tratados na literatura científica. Portanto, é essencial que o pesquisador elabore um plano sistemático das etapas que serão realizadas, desde a definição do tema a ser pesquisado até o processo de construção do projeto, incluindo a configuração verbal e a forma em que será desenvolvido e/ou publicado.

Para concretizar a evolução e a construção do projeto atual, a busca por levantamento de dados biográficos foi realizada por meio de pesquisas prévias em fontes confiáveis e criteriosamente selecionadas. Devido ao atual contexto de crise pandêmica, a pesquisa de campo tornou-se inviável. No entanto, este estudo continuará com foco no novo cenário acadêmico híbrido, que combina aulas presenciais e virtuais.

4 Considerações finais

A presente pesquisa possibilitou um conhecimento enriquecedor. Nota-se que a escola, juntamente com a família, tem a capacidade e autonomia de viabilizar maior promoção e ascensão no processo de desenvolvimento dos alunos atípicos. O papel da escola deve ser de propulsora, assegurando o direito à educação para todos, sem nenhum tipo de exclusão e preconceito, possibilitando meios que os alunos pertencentes ao PAEE se sintam valorizados e façam parte do ambiente escolar.

Compreender a importância da mentoria do professor de Educação Especial na instituição escolar e como esse profissional pode enriquecer e fortalecer a prática pedagógica inclusiva do professor da sala regular é uma parceria essencial. Isso proporciona um entendimento mais abrangente das responsabilidades desse profissional, além de destacar sua atuação indispensável como professor de Atendimento Educacional Especializado no apoio a crianças com necessidades especiais, seja no ambiente escolar ou em outros contextos educacionais.

É relevante ressaltar as diversas práticas profissionais em diferentes contextos, permeando todos os níveis de ensino, em defesa de um atendimento educacional igualitário e contínuo por meio de suas experiências e habilidades singulares. Torna-se imprescindível reafirmar a necessidade e urgência da presença do profissional de Educação Especial, na escola em conjunto com os profissionais de sala regular e toda equipe escolar, para que se possa oferecer um acolhimento condizente com o que foi apreendido sobre a inclusão escolar, bem com sua efetivação.

Ao concluir esta pesquisa, torna-se notório e primordial que a escola trabalhe em parceria com o professor de educação especial, em consonância com as políticas públicas de educação inclusiva. É essencial que se promova discussões e se busque o aprimoramento de ferramentas metodológicas que promovam a superação e o desenvolvimento dos PAEE, colocando em evidência que todos têm o direito a uma educação equânime, sem discriminação ou preconceito.

Por meio da realização de novas pesquisas na respectiva área, mediante discussões, é possível aprimorar o ensino em níveis superiores, como graduação, pós-graduação e mestrado, com o propósito de fortalecer e garantir os direitos dos alunos com deficiência no que diz respeito à sua formação acadêmica. Isso deve levar em consideração a qualidade na transmissão de conhecimento, respeitando e valorizando as diferenças e reconhecendo a diversidade humana, suas necessidades e peculiaridades. Dessa forma, promove-se a inclusão de todos, sem qualquer forma de discriminação.

Referências

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 11/2010.** Diretrizes para o ensino de língua portuguesa na educação básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&Itemid=30192. Acesso em: 17 out. 2023.

CHANDLER, Dawn E.; KRAM, Kathy E. Mentoring and developmental networks in the new career context. *In*: GUNZ; PEIPERL, **Handbook of Career Studies**, 2005.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Espanha, 1994.

ENSHER, Ellen A.; MURPHY, Susan E. **Power mentoring: how successful mentors and protégés get the most out of their relationships.** San Francisco: Jossey-Bass, 2005.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, n. 1, p. 69-86, 1990.

GARCIA, Carlos M. **Formação de professores.** Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.

KRAM, Kathy E. **Mentoring at work: developmental relationships in organizational life.** Lanham: University Press of America, 1988.

LEHR, Ursula. Socio-psychological Correlates of Longevity. **Annual Review of Gerontology and Geriatrics**, n. 3, p. 102-147, 1999.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Percepção dos Professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

McLOUGHLIN, C.; LEWIS, A. **Designing inclusive education: Principles and practices.** London: RoutledgeFalmer, 2001.

MAZZOTTA, M, J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MEC/SEESP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial.** Brasília. 1998.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOUSINHO, R *et al.* Mediação Escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 2-8, 2010.

PLAISANCE, Éric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 405-417, 2005. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801#>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RODRIGUES, Leandro. **Atendimento Educacional Especializado**: a verdade do AEE na escola. Disponível em: <https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-ae-na-escola/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SCHREIBER, D. V. F. A.; VAZ, K. A política de educação especial na perspectiva inclusiva: o descaso com a escolarização dos sujeitos público-alvo da educação especial. *In*: ANPED Sul – Reunião Científica da ANPED, 10., 2014, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, p. 1-18, 2014.

WERTS, M. G.; CULATTA, R. A.; TOMPKINS, J. R. Students with severe or multiple disabilities. *In*: WERTS, M. G.; CULATTA, R. A.; TOMPKINS, J. R. **Fundamentals of Special Education**: what every teacher needs to know. 3. ed. New Jersey: Pearson, 2007, p. 344-368.